Amigos do privilégio

A maioria do Congresso defende regalias tributárias para os endinheirados

POR [CLÁUDIO COUTO](#)
CARTACAPITAL, 26.06.2025

As últimas semanas foram marcadas por um embate acerbo entre o Executivo e o Congresso Nacional, tendo como pivô a disputa em torno da política fiscal. De um lado da disputa, deixado sem alternativas por um Poder Legislativo hostil e produtor de gastos a rodo, inclusive (mas não só) mediante emendas parlamentares, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, resolveu botar um bode na sala: o aumento da tributação por meio do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Nenhuma alternativa de ajuste das contas públicas sendo oferecida pelos congressistas, o Executivo decidiu [recorrer a um instrumento de sua alçada imediata](#) (o decreto) para tentar tapar ao menos parte do buraco fiscal.

O problema é que o expediente, embora prerrogativa do Executivo, pode ser sobrestado por um decreto legislativo, que foi rapidamente elaborado e pautado em regime de urgência, sob a alegação de assim frear o que seria a sanha arrecadatória de um governo supostamente viciado em aumentar impostos. Na tentativa de superar o impasse, buscou-se um entendimento na [reunião dominical entre Haddad e os presidentes das duas casas do Congresso](#). Dela saíram em júbilo, anunciando um acordo histórico, propiciando maior justiça tributária e, finalmente, levando setores privilegiados, com isenções ou alíquotas irrisórias, a contribuir. Com isso, atacar-se-iam estruturalmente gastos tributários que inviabilizam qualquer ajuste fiscal.

Contudo, o acordo histórico não durou 24 horas. No dia seguinte, o presidente da Câmara, Hugo Motta, desdisse tudo o que havia alardeado na véspera. Num arreganho juvenil, afirmou que como chefe de um Poder não lhe cabia servir ao projeto político de ninguém – no caso, do governo Lula. Segundo o infante, a proposta tributária do Executivo seria muito mal recebida no Congresso. Voltava-se assim à estaca zero do conflito. O que teria havido para que Motta pudesse revelar-se um político tão firme quanto uma maria-mole de festa junina? Difícil apontar só um fator, mas, certamente, pesaram os lobbies de setores econômicos apaniguados por regalias tributárias e o interesse de lideranças partidárias em fragilizar o governo, já visando as eleições de 2026.

Não à toa, Motta e outros congressistas, ecoados por segmentos da imprensa alinhados aos interesses de aquinhoados com regalias tributárias, criticaram a tentativa de redistribuir os custos do ajuste. Reivindicaram, em vez disso, cortes em gastos direcionados aos mais pobres: Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Família, saúde e educação. Houve até quem dissesse não ser o caso de cobrar Imposto de Renda das Letras de Crédito do Agronegócio, pois beneficiam um segmento que vai muito bem. Curiosa tal lógica: se um setor econômico prospera muito, não precisa contribuir para as contas públicas. Seguindo-se o raciocínio, tribute-se mais quem não prospera e, portanto, ferro nos pobres. É a moralidade neoliberal com toda a sua cruzeza.

Embora disputas distributivas conformem uma arena típica do embate esquerda-direita, já que concernem a produzir maior ou menor igualdade, no caso brasileiro a regressividade da tributação é de tal monta que o problema transcende essa polarização. Trata-se de questão civilizatória, atinente a assimetrias superadas há décadas em sociedades não só menos desiguais, mas também menos tolerantes com desigualdades obscenas como as que naturalizamos por aqui.

Os problemas nesta conjuntura dos embates entre Executivo e Legislativo são de duas ordens. Por um lado, trata-se de um conflito distributivo, em que a maioria do Congresso defende privilégios tributários de ricos, enquanto o governo tenta resolver o problema fiscal promovendo um mínimo que seja de justiça fiscal. Por outro, trata-se de uma relação entre os poderes marcada por um novo modo de funcionamento do presidencialismo de coalizão brasileiro, o qual denomino como “governo congressual”. Nesta nova dinâmica, produzida por seguidas transformações institucionais desde 2015, sobretudo relativas ao controle congressual sobre o orçamento, mas não só, o Executivo perdeu a capacidade, que lhe havia sido conferida pela Constituição de 1988, de ditar a agenda legislativa. Hoje é o Congresso que determina.

Não bastasse a nova institucionalidade, temos o Congresso mais à direita desde o fim da ditadura, dificultando ainda mais a vida de um presidente de esquerda, cujas prioridades colidem com as preferências majoritárias e medianas do Legislativo. Se quiser vencer esta batalha, o presidente precisa pautá-la no debate público. •